



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Relatório da Participação da Assembleia da República

na

Reunião Interparlamentar

organizada pela

Comissão de Assuntos Económicos e Monetários (ECON)

As políticas económicas da área do euro

- Recomendações Específicas por País -

(Parlamento Europeu, Sala JAN 4Q2, Bruxelas, 09 de outubro de 2018, entre as 14.30h e as 16.30h)

Composição da Delegação

A Delegação da Assembleia da República foi composta pelos Senhores Deputados **Cristóvão Norte** (PSD) e **Margarida Marques** (PS), em representação da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

A assessoria foi prestado pela Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia, Cristina Neves Correia.

Síntese:

A reunião constituiu uma oportunidade de debate entre Parlamentares europeus (MEPs) e nacionais sobre o Semestre Europeu 2018, as previsões de crescimento para 2019 e o projeto de Relatório da Comissão ECON sobre as políticas económicas da área do euro (Ref.^a 2018/2033(INI)).

Por impedimento do Presidente da Comissão ECON, **Roberto Gualtieri** (S&D), foi a reunião inaugurada pela MEP **Pervenche Berès** (S&D), que deu as boas-vindas a todos os participantes, em especial aos 20 Parlamentares nacionais de 15 Estados - Membros (EM). Salientou a importância do tema em debate dando, de imediato, início aos trabalhos.

A primeira intervenção coube ao MEP cipriota **Costas Mavrides** (S&D), relator do projeto de Relatório da Comissão ECON sobre as políticas económicas da área do euro (Ref.ª 2018/2033 (INI)), que começou por sublinhar o carácter crítico do atual momento, antes da publicação do Relatório Anual sobre o Crescimento, com um aceso debate quanto à proposta de orçamento italiano para 2019 e a cerca de sete meses das eleições europeias, sendo o grande desafio a obtenção da confiança dos eleitores. Continuou, recordando que falta ainda concretizar o terceiro pilar da União Económica e Monetária (UEM), ou seja, o regime de garantia de depósito, que ainda se encontra pendente de conclusão, por vários Estados Membros (EM) julgarem que tal é contrário aos seus interesses, considerando o orador este atraso como inadmissível.

Prosseguiu a sua alocução, aludindo aos direitos incluídos no pilar europeu dos direitos sociais, que deverão ser concretizados através de políticas tangíveis e com uma maior flexibilidade na aplicação do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), conforme advogado pela própria Comissão Europeia. Apelou, ainda, à transição para o Fundo Monetário Europeu (FME), a um Ministro das Finanças e a uma maior estabilidade das políticas da UEM. Sublinhou, em especial, a necessidade de luta contra o extremismo, o desemprego e a fuga de cérebros de que padecem, em especial, os países do sul da Europa. Dentro do mesmo país também se deve evitar a fuga de uma região para outra. Neste contexto, preconizou a existência de um mecanismo para um rendimento mínimo e salientou a necessidade de financiamento dos fundos de coesão e de investimento, tais como o *Invest.eu*.

Seguiu-se a intervenção do MEP belga **Tom Vandenkendelaere** (PPE), Relator-sombra do já mencionado projeto de Relatório, que salientou alguns pontos de convergência com o anterior orador. Sublinhou, em particular, os dois grandes desafios que, atualmente, se colocam à União Europeia, ou seja, a reforma do mercado de trabalho e o envelhecimento da população. No que concerne à primeira questão sublinhou as alterações tecnológicas que transformam o mercado laboral, aumentando exponencialmente a necessidade de flexibilidade. Neste contexto, defendeu formações académicas e profissionais menos teóricas, que permitam uma maior integração no mercado de trabalho.

Quanto ao envelhecimento, sublinhou o problema da sustentabilidade da segurança social, com um número crescente de beneficiários, a par com um número decrescente de

contribuintes. Preconizou, ainda, o aumento do investimento privado como motor do crescimento económico.

Terminadas as intervenções iniciais, teve início uma fase de debate, na qual participaram Deputados do Parlamento Europeu e dos Parlamentos nacionais, tendo sido abordadas diversas questões, tais como:

- **A proposta de Orçamento do Estado italiano** para 2019, qualificado como “corajoso e ambicioso”, que visa combater o aumento da pobreza, sobretudo entre os jovens, promovendo o emprego e a estabilidade financeira e visando a redução das desigualdades. De acordo com o defensor deste ponto de vista (**Alberto Ribolla**, da Câmara de Deputados italiana), a proposta visa um aumento do PIB nominal, nomeadamente através do aumento do investimento, da redução da carga fiscal, do combate à economia informal, da reforma judicial e da luta contra a corrupção. O Deputado italiano pretendeu, ainda, tranquilizar os presentes, afirmando que a Itália honraria as suas obrigações decorrentes do PEC.
- O desacordo quanto aos **cortes na Política Agrícola Comum e na Política de Coesão do novo Quadro Financeiro Plurianual (QFP)**, cujos níveis deverão ser, pelo menos, mantidos, ainda que tal signifique uma maior contribuição nacional dos EM para o orçamento da UE para manter os antigos e os novos desafios (**Senador polaco Jacek Wlosowicz e Zoltan Fenyvesi**, do Parlamento húngaro). A importância dos fundos de coesão foi igualmente salientada pela Deputada maltesa **Kristi Debono**, que aludiu ao papel dos mesmos num país como seu com uma população envelhecida, uma inflação elevada, poucas mulheres no mercado de trabalho e um alto nível de abandono escolar, o que gera desemprego. De referir que, apesar do cenário aqui descrito, o outro interveniente do Parlamento maltês, **Glenn Bedingfield**, referiu que a economia maltesa se encontrava em fase de crescimento e que o desemprego estava em fase descendente.
- **A crítica quanto ao emagrecimento dos orçamentos**, que foi expressa pelo MEP **Miguel Viegas** (GCEUE/ENV), que se manifestou, igualmente, contrário à austeridade, que impede os países de levar a cabo políticas contra cíclicas, acantonando as economias nos bens não transacionáveis, como o imobiliário e o turismo, com efeitos nocivos, sobretudo para os países da periferia e fazendo com que se caia na armadilha, em que os EM estão ao serviço do euro, em vez de ser o euro a estar ao serviço da economia. Esta opinião foi reiterada pelo Deputado **Gerasimus Balouras**, do Parlamento helénico, que referiu que o seu país foi alvo de políticas erradas e que,

apesar da recuperação, as feridas deixadas pela austeridade e perda de direitos laborais e sociais ainda não sararam.

- Opinião diametralmente oposta foi expressa pelo Deputado cipriota **Averof Neofytou**, que sublinhou os **efeitos positivos do programa de ajustamento no Chipre** que, ao invés de um castigo, constituirá uma oportunidade impar para executar reformas necessárias, às quais o interveniente imputa a atual situação económica e financeira, mais benéfica do que antes do referido programa, embora seja necessário continuar o trilho reformista, nomeadamente no setor bancário e no setor público administrativo e empresarial, que carecem de maior eficiência.
- A necessidade de um **código de conduta** que mantenha a união entre os EM da zona do euro e defenda a sua manutenção, uma vez que, apesar do euro ser apontado como a origem de todos os males, na realidade, os custos de saída do euro seriam inoportáveis (opinião expressa pela MEP francesa **Pervenche Berés - S&D**).
- A dificuldade de sustentar o **Estado-providência** nos moldes atuais (**Jan Skopecek**, do Parlamento checo).
- O facto de a Comissão Europeia ter a **Roménia sob observação** e a dificuldade que este país sente no mercado de trabalho, na medida em que tem de pagar aos trabalhadores emigrantes salários mais altos do que os auferidos pelos trabalhadores nacionais (questão abordada pelo Senador romeno **Vasile Citu**).
- A necessidade de cumprimento das regras, questão sublinhada, quer por **Oudekki Loone**, do parlamento da Estónia, quer pelo Presidente da Comissão ECON, **Roberto Gualtieri**, na sua alocução final.

Cumprir referir que a Delegação portuguesa participou na discussão, através de uma intervenção da Senhora Deputada **Margarida Marques** que abordou três pontos concretos sobre o tema em debate. Começou por reconhecer que o semestre europeu é um instrumento importante da política económica europeia, salientando que existe, ainda, um desafio fundamental, que consiste em encontrar o equilíbrio entre políticas orçamentais sãs, investimento e combate às desigualdades. Na sua opinião, para encontrarmos este equilíbrio, há uma palavra-chave que se chama flexibilidade, sublinhando, no entanto, que tal não pode ser sinónimo de laxismo e acrescentando que o conceito tem de ser definido à luz das regras europeias e não face aos interesses de determinados intervenientes ou instituições. Neste contexto mencionou, em concreto, o caso português, que classificou de exemplar com as políticas seguidas por este governo, pois o crescimento da economia facilitou o cumprimento das regras do euro, o combate às desigualdades e a promoção do investimento, numa



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

tendência crescente, embora ainda ténue. O segundo ponto que, a seu ver, é necessário abordar, consiste no importante exercício de integrar o pilar europeu dos direitos sociais no semestre europeu, pois sem a referida integração o pilar europeu dos direitos sociais carece de força efetiva. Aludiu, por fim, ao facto de ser necessária a apropriação, pelos EM, das recomendações por país, questão decisiva na fronteira daquilo que é a partilha de soberania. Recordando que o desenvolvimento e a execução das recomendações cabe às instituições nacionais, sublinhou que tal exige, ao nível dos Parlamentos nacionais, um esforço de concertação com as forças políticas, quer nos governos monopartidários, quer nos governos com suporte parlamentar diversificado, pelo que a mencionada apropriação é fundamental para respeitar as democracias nacionais parlamentares.

Roberto Gualtieri, Presidente da Comissão ECON fez uma breve síntese do debate ocorrido, agradecendo a participação de todos, após o que encerrou a sessão.

Assembleia da República, 19 de dezembro de 2018

Cristóvão Norte

Margarida Marques

